



**Politécnico
de Viseu**

Relatório de Gestão Consolidado

2021

Índice

1. Introdução	3
2. Caracterização da conjuntura económica.....	3
3. Enquadramento orçamental.....	4
4. Fontes de financiamento	7
5. Execução orçamental	7
6. Análise económica	11
6.1. Gastos (Classe 6)	11
6.2. Rendimentos (Classe 7)	15
7. Análise patrimonial	19
8. Resultados	20
Conclusões.....	20
I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras	21
II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	22
III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação	22
IV – Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	22

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Dotação corrigida em 2021, em percentagem	5
Gráfico 2: Receita cobrada líquida sem saldos, em 2021, por fonte de financiamento.....	6
Gráfico 3: Orçamento inicial em 2021, pelas principais fontes de financiamento	7
Gráfico 4: Despesas com pessoal em 2021, por subagrupamento (em percentagem).....	9
Gráfico 5: Despesas de funcionamento, em 2021 por subagrupamento (em percentagem)	10
Gráfico 6: Gastos no exercício económico de 2021, por classe (em euros)	11
Gráfico 7: Rendimentos em 2021, por classe (em euros)	15

Índice de Tabelas

Tabela 1: Orçamentos iniciais do IPV e dos SAS, em 2019, 2020 e 2021, em euros	3
Tabela 2: Total de alunos matriculados, em 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021.....	3
Tabela 3: transferência do Orçamento de Estado para o IPV e para o SAS, em 2019, 2020 e 2021 (em euros)	3
Tabela 4: Reforço orçamental para o ano 2021, em euros	4
Tabela 5: Valor das propinas do 1.º ciclo, desde 2018/2019 até 2020/2021, em euros.....	4
Tabela 6: Receita liquidada, por programa/medida e fonte de financiamento em 2020 e 2021, em euros5	5
Tabela 7: Receitas por cobrar, em 2020 e 2021, em euros	6
Tabela 8: Fontes de financiamento e execução da despesa, em 2020 e 2021, em euros.....	8
Tabela 9: Tipo de despesa paga, em 2020 e 2021, em euros, e em percentagem.....	8
Tabela 10: Tipo de despesas com o pessoal pagas, em 2021, por fonte de financiamento, em euros	9
Tabela 11: Tipo de despesas de funcionamento pagas, por fonte de financiamento, em 2021, em euros.	9
Tabela 12: Aquisição de bens de capital, por fonte de financiamento, em 2021, em euros	10
Tabela 13: Receitas e despesas totais e cumprimento da regra de equilíbrio em 2021, em euros	10
Tabela 14: Custo de vendas e matérias consumidas e dos fornecimentos e serviços externos em 2020 e 2021, em euros.....	12
Tabela 15: Custos com pessoal em 2020 e 2021, em euros.....	13
Tabela 16: Transferências correntes concedidas e prestações sociais em 2020 e 2021, em euros	14
Tabela 17: Gastos/reversões de depreciação e amortização, em 2020 e 2021, em euros	14
Tabela 18: Outros gastos em 2020 e 2021, em euros.	14
Tabela 19: Impostos, contribuições e taxas em 2020 e 2021, em euros.....	16
Tabela 20: Vendas e prestações de serviços em 2020 e 2021, em euros.....	17
Tabela 21: Prestações de serviços e concessões, em 2020 e 2021, em euros.....	17
Tabela 22: Transferências e subsídios correntes obtidos, em 2020 e 2021, em euros.....	18
Tabela 23: Outros rendimentos, em 2020 e 2021, em euros.....	18
Tabela 24: Elementos do ativo em 2020 e 2021, em euros.....	19
Tabela 25: Património líquido em 2020 e 2021, em euros.....	19
Tabela 26: Elementos do passivo em 2020 e 2021, em euros.....	19
Tabela 27: Resultados em 2020 e 2021, em euros.....	20

Relatório de Gestão Consolidado
Exercício de 2021

1. Introdução

Este relatório é uma análise sucinta à conta consolidada do Instituto Politécnico de Viseu (composto pelos Serviços Centrais e respetivas Escolas integradas) e dos SAS. A apresentação de contas consolidadas entre estas duas unidades orgânicas está prevista no artigo 77.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viseu, publicados através do Despacho n.º 12-A/2009, de 27 de março.

O **método de consolidação utilizado foi o da simples agregação** que consiste na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público, eliminadas que estejam as operações de transferências e subsídios efetuadas entre as entidades. No exercício económico foi anulado o valor de **75.000,00€** referente a transferências e **62,30€** referente aos fornecimentos de serviços externos.

2. Caracterização da conjuntura económica

Em 2021 verificou-se um ligeiro aumento do orçamento inicial, na ordem dos 7,4% comparativamente ao ano anterior, relacionada com transferências por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para as transições para a carreira ao abrigo do DL 45/2016, alterado pela Lei 65/2017, bem como a transferência por contrapartida da Reserva orçamental do PO10_Redução das Propinas.

Tabela 1: Orçamentos iniciais do IPV e dos SAS, em 2019, 2020 e 2021, em euros

Unidades orgânicas	2019	2020	2021
Instituto Politécnico de Viseu	27 969 158	30 201 599	34.471.078
Serviços de Ação Social	1 441 827	1 389 000	1.418.414
Total	29 410 985	31 590 599	35 889 492

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

A evolução do número de alunos matriculados, nos últimos quatro anos letivos, é a que se apresenta na Tabela 2.

Tabela 2: Total de alunos matriculados, em 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Total de alunos matriculados	5 270	5 654	6 051	6 101
Rácio alunos matriculados/docentes (ETI)	14,9	15,9	16,71	16,06

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Relativamente à componente do Orçamento de Estado, verifica-se um aumento do orçamento inicial (componente do orçamento de estado), em 2021, na ordem global dos 6%.

Tabela 3: Transferência do Orçamento de Estado para o IPV e para o SAS, em 2019, 2020 e 2021 (em euros)

	2019	2020	2021
Orçamento de Estado – MCTES IPV	18 059 112	18 799 565	19 900 496
Orçamento de Estado – MCTES SAS	530 000	530 000	550 000
Total	18 589 112	19 329 565	20 400 496

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Ao longo do ano, o orçamento inicial não foi reforçado.

Tabela 4: Reforço orçamental para o ano 2021, em euros

	2020			2021		
	Orçamento Inicial	Reforços	Total orçamento com reforço	Orçamento Inicial	Reforços	Total orçamento com reforço
Instituto Politécnico de Viseu	18 799 565	293 736	19 093 301	19 900 496		19 900 496
Serviços de Ação	530 000		530 000	550 000		550 000
Total	19 329 565	293 736	19 623 301	20 400 496		20 400 496

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

O montante das propinas manteve o seu valor no último ano letivo.

Tabela 5: valor das propinas do 1.º ciclo, desde 2018/2019 até 2021/2022, em euros

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Valor de propina	950€	870€	697€	697€

3. Enquadramento orçamental

As contas de cada unidade orgânica autónoma financeiramente (Instituto Politécnico de Viseu e Serviços de Ação Social) foram apresentadas individualmente ao Tribunal de Contas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Para o seu regular funcionamento, o Instituto dispôs de uma dotação corrigida, em 2021, de **37 946 770,75€** com a seguinte proveniência.

- Saldos de gerência 5.243.779,75€
- Dotações orçamentais (OE) 20.713.659,00€
- Receitas próprias (RP) 6.094.758,00€
- Fundos comunitários 5.894.574,00€

Instituto Politécnico de Viseu

Gráfico 1: Dotação corrigida em 2021, em percentagem



Fonte: dados IPV em 31/12/2021

A **receita** efetivamente **liquidada**, no ano 2021, no montante de **29 749 317,03€** (sem saldos incluídos), é referente às fontes apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6: Receita liquidada, por programa/medida e fonte de financiamento em 2020 e 2021, em euros

Programas /Medida	Fonte Financiamento	Designação da fonte	Receita Líquida Cobrada 2020	Receita Líquida Cobrada 2021
010016	319	Transferências de RG entre Organismos (FCT)	383.305,47	185 176,02
	411	FEDER-Competitividade e internacionalização	307.139,72	381 982,75
	412	FEDER-Norte 2020		
	413	FEDER-Centro2020	711.520,91	171 649,20
	462	FEAGA (União Europeia)	38.106,18	170 248,59
	513	Receitas Próprias	40.881,71	170 808,50
Total 010016			1.480.953,99	1 079 865,06
010018 e 010019	311	Orçamento de Estado	19.623.301,00	20 450 496,00
	411	FEDER-Competitividade e internacionalização	161.693,09	878 159,75
	413	FEDER-Centro2020		
	432	Fundo de Coesão-SEUR	12.661,86	82 980,72
	441	FSE- Competitividade e internacionalização		11 993,55
	442	FSE-PO Inclusão Social e Emprego		
	443	FSE- PO Capital Humano		
	445	FSE-Centro 2020		1 568 226,41
	462	FEAGA (União Europeia)	5.732,27	7 774,93
	482	ERASMUS+	336.739,15	110 273,03
513	Receitas Próprias	5.636.132,99	5 530 181,47	
540	Transferência de RP entre Organismos	115.025,71	29 366,11	
Total 010018 e 010019			25.891.286,07	28 669.451,97
Total			27.372.240,06	29 749 317,03

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

De salientar que em 31/12/2021 ficou por cobrar o valor de **132.663,57€** de receita relativa à descrição apresentada na Tabela 7.

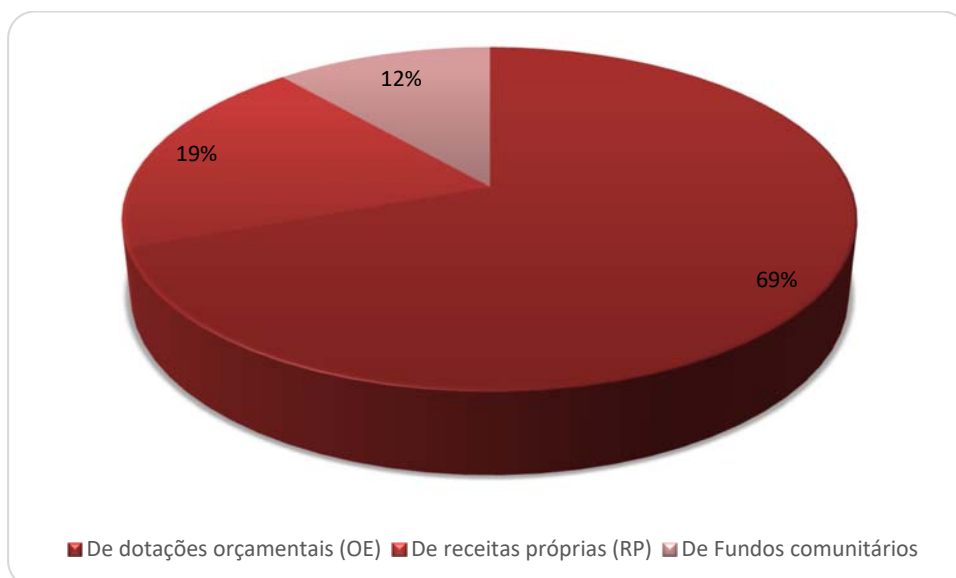
Tabela 7: Receitas por cobrar, em 2019 e 2020, em euros

Descrição	2020	2021
Propinas 1º ciclo	4 423,49	5 407,96
Propinas 2º ciclo	1 627,37	1 821,76
Propinas internacional	520,85	877,58
Propinas outras	8 063,07	213,34
Taxas diversas	512,86	468,50
Juros de mora	49,87	57,71
Multas e penalidades diversas	5 421,58	5 466,88
Outras vendas de bens	3,35	
Privadas	500,00	500,00
Publicações e impressos	826,80	826,80
Bancos e outras instituições	60 400,00	0,00
Produtos agrícolas e pecuários	8 510,90	9 437,70
Aluguer de espaços e equipamentos	15 907,72	16 872,36
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	35 601,71	9 709,50
Municípios	45.000,00	
Serviços de laboratório	2 387,52	3 197,50
FEOGA		4 092,77
Alimentação e alojamento	40 319,00	51 624,33
Outros	11 525,13	22 089,88
Total	241.601,22	132.663,57

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

A **receita liquidada**, no ano 2021, com os saldos transitados do ano anterior, foi no montante de **34 993 096,78€**.

Gráfico 2: Receita cobrada líquida sem saldos, em 2020, por fonte de financiamento



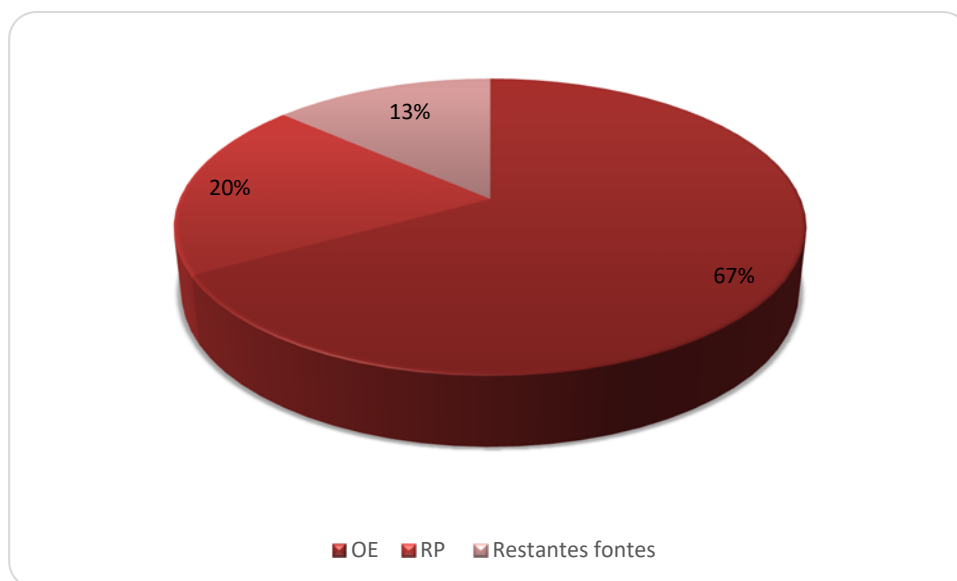
Fonte: dados IPV em 31/12/2021

4. Fontes de financiamento

O orçamento inicial no montante de **30.559.249,00€**, atribuído ao Instituto Politécnico de Viseu, por fontes de financiamento, para o ano 2021, foi o seguinte:

• Orçamento de Estado	20.450.496€
• Receitas próprias	5.987.358€
• Financiamento União Europeia	3.858.232€
• Transferências RG entre Organismos	263.163€

Gráfico 3: Orçamento inicial em 2021, pelas principais fontes de financiamento, em percentagem



Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Foram, ainda, integrados os saldos transitados, na posse do serviço, no valor de **5.243.779,95€**. Assim, o orçamento inicial do Instituto Politécnico de Viseu, em 2021, com a integração dos saldos foi de **35.803.028,75€**.

5. Execução orçamental

Durante o ano 2021, efetuaram-se despesas no valor de **29.874.942,42€**, as quais foram financiadas através das seguintes fontes de financiamento (FF): Orçamento de Estado (FF311); Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados (FF313); Transferências de RG entre organismos (FF319); Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados (FF358); Receitas Próprias (FF513); União Europeia (FF411; FF412; FF413; FF432; FF441; FF443; FF462 e FF482); Receitas próprias (FF513) e Transferências no âmbito da Administração Pública (FF520 e FF540) e Saldos de Fundos Europeus (FF488).

Instituto Politécnico de Viseu

A despesa total efetuada encontra-se refletida na Tabela 8.

Tabela 8: Fontes de financiamento e execução da despesa, em 2020 e 2021, em euros

Fonte de financiamento	2020			2021		
	Dotação corrigida	Receita líquida s/ saldos	Executado	Dotação corrigida	Receita líquida s/ saldos	Executado
Orçamento de Estado (OE)	20 348 777,41	20 006 606,47	19 742 256,91	21 326 579,97	20 635 672,02	20 668 442,97
Receitas Próprias (RP)	9 893 581,62	5 792 040,41	7 310 743,02	7 738 699,71	5 730 356,08	6 219 386,62
Outras Fontes	8 135 311,57	1 573 593,18	1 218 005,98	8 806 427,77	3 383 288,93	2 987 112,83
Total	38 377 670,60	27 372 240,06	28 271 005,91	37 871 708,45	29 749 317,03	29 874 942,42

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Da receita líquida cobrada nas diferentes fontes de financiamento, no montante de **29.749.317,03€**, foi executada a despesa de **29 874.972,42€**, representando uma percentagem de execução na ordem dos 101%. Verifica-se que a instituição cumpriu a regra do equilíbrio financeiro de acordo com decreto de execução orçamental.

Da dotação da receita corrigida, para a realização de despesas, por fonte de financiamento, verificou-se que foi gasto o valor de **20.668.442,97** do orçamento de estado, representando uma percentagem de execução de 97,0%, **6.219.386,62€** do orçamento de receitas próprias, representando uma percentagem de execução de 81% e **2.987.112,83** de outras fontes 34%.

A **despesa global** efetuada em 2021 pelas diversas fontes de financiamento é apresentada na Tabela 9.

Tabela 9: Tipo de despesa paga, em 2020 e 2021, em euros e em percentagem do total

Tipo de despesas	2020		2021	
	Montante pago	%	Montante pago	%
Pessoal	23 231 583,10	82,6	23 985 245,52	80,2
Bens e serviços	3 052 579,78	11,4	3 285 588,35	11,0
Capital	1 328 874,31	4,1	1 710 075,83	5,7
Outras despesas correntes	54 339,11	0,4	366 642,71	1,2
Juros e outros encargos financeiros	47 257,81	0,2	44 209,08	0,1
Transferências	535 371,80	1,3	496 772,33	1,7
Total	28 250 005,91	100	29 888 533,82	100

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Analisando a distribuição da despesa por grandes rubricas orçamentais, podemos concluir que a despesa se concentra essencialmente em **despesas com pessoal (23.985.245,52€)** para pagamento de vencimentos, outros abonos variáveis e eventuais e Segurança Social, relativos ao Pessoal Docente e Não Docente existente neste Instituto.

As despesas com pessoal, no montante de **23.985.245,52€**, estão diretamente relacionadas com a tipologia constante na Tabela 10.

Instituto Politécnico de Viseu

Tabela 10: Tipo de despesas com o pessoal pagas em 2021, por fonte de financiamento, em euros

	DESPEAS COM PESSOAL			
	Remunerações certas e permanentes	Abonos variáveis e eventuais	Segurança Social	Total
Orçamento de Estado (OE)	16 342 232,90	184 524,35	3 857 944,86	20 384 702,11
Receitas Próprias (RP)	2 732 276,09	51 868,76	811 668,86	3 595 813,71
Outras Fontes		4 729,70		4 729,90
Total	19 074 508,99	241 122,81	4 669 613,72	23 985 245,52
Estrutura (%)	80%	1%	19%	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Gráfico 4: Despesas com pessoal em 2021, por subagrupamento (em percentagem)



Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Com efeito, **80,3%** da totalidade da despesa efetuada destinou-se ao pagamento de despesa com pessoal.

Da despesa paga com pessoal verifica-se que 80% foram encargos com Remunerações certas e permanentes, 1% foram Abonos variáveis e eventuais e 19% foram encargos com a Segurança Social.

A **aquisição de bens e serviços, transferências e outras despesas** originaram uma despesa na ordem de **18,5% da despesa total**.

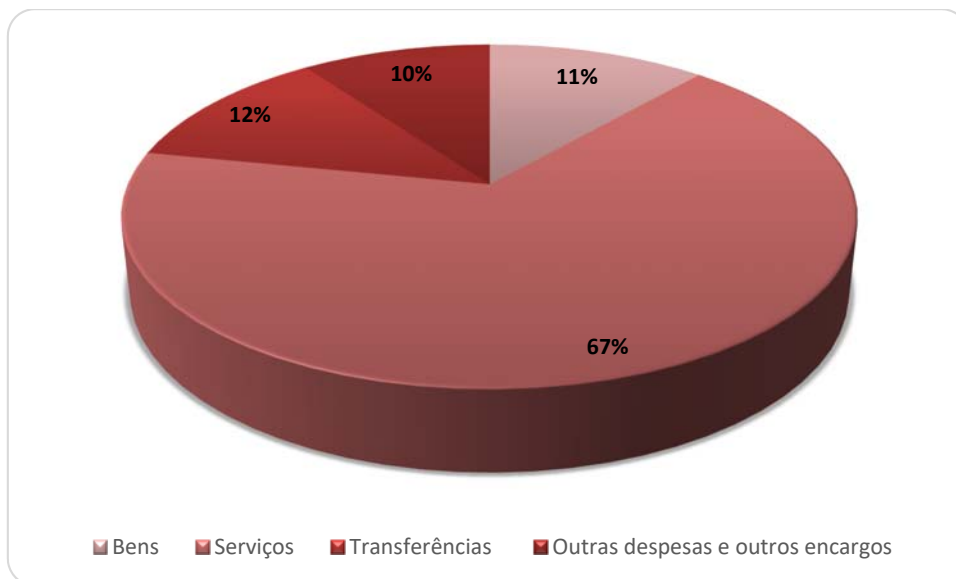
Tabela 11: tipo de despesas de funcionamento pagas, por fonte de financiamento, em 2021, em euros

	DESPEAS DE FUNCIONAMENTO relacionadas com:				Total
	Bens	Serviços	Transferências	Outras despesas correntes e encargos	
Orçamento de Estado (OE)	7 935,08	207 629,74	519,56	30 180,15	246 264,53
Receitas Próprias (RP)	368 229,20	1 225 571,19	190 074,86	168 748,33	1 952 623,58
Outras Fontes	102 506,12	1 373 717,02	306 177,91	211 923,31	1 994 324,36
Total	478 670,40	2 806 917,95	496 772,33	410 851,79	4 193 212,47
Estrutura (%)	11,4%	66,9%	9,8%	11,8%	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Gráfico 5: Despesas de funcionamento, em 2021, por subagrupamento (em percentagem)



Fonte: dados IPV em 31/12/2021

A aquisição de bens de capital originou uma despesa na ordem de **1,24% da despesa total**.

Tabela 12: Aquisição de bens de capital, por fonte de financiamento, em 2021, em euros

	OE	RP	Restantes fontes	Total
Bens de capital	37 476,33	684 540,73	988 058,77	1 710 075,83
Edifícios			191 783,30	191 783,30
Construção		80 664,85	6 069,95	86 734,80
Equipamento Informático	23 480,51	362 160,98	29 114,25	414 755,74
Software Informático	389,73	585,60	346 640,13	365 585,46
Equipamento Básico	13 449,95	196 936,64	383 681,20	594067,79
Equipamento Administrativo	156,14	41 578,71	12 789,15	54 524,00
Ferramentas e utensílios		2 613,95		2 613,95
Outros Investimentos			10,79	10,79

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Em 2021, o Instituto e os SAS cumpriram a regra do equilíbrio, conforme se pode verificar na Tabela 13.

Tabela 13: Receitas e despesas totais e cumprimento da regra de equilíbrio em 2021, em euros

	Receita líquida (sem saldos)	Despesa paga em 2021	Cumpriu a regra do equilíbrio	
			Sim	Não
IPV	29 749 317,03	29.874.942,42	x	

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Em termos do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, prevista no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, verifica-se que o Instituto a cumpriu. Embora tendo saldo negativo (125.625,39€), foi inferior ao valor permitido por lei para entrar nos saldos de gerência de anos anteriores por conta dos descontos da Entidade Patronal para a CGA (n.º 4 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro).

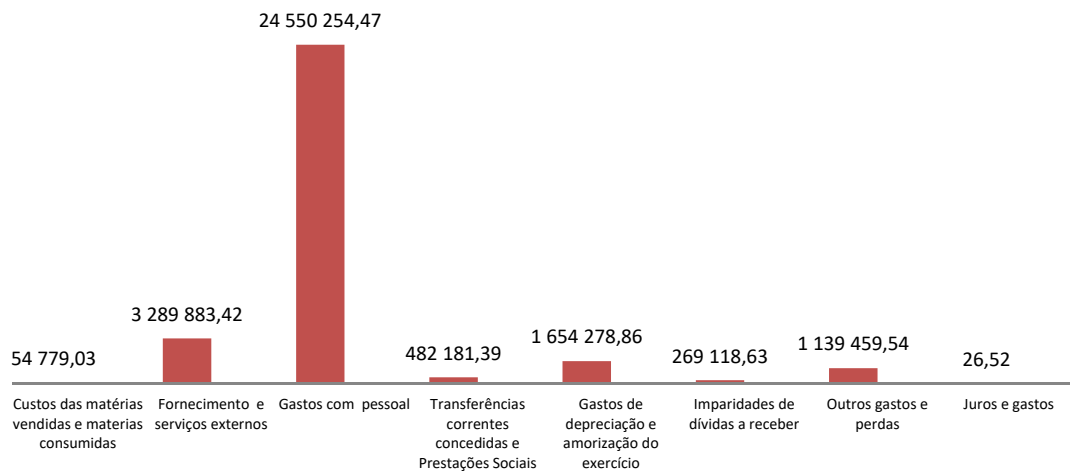
6. Análise económica

6.1. Gastos (Classe 6)

Os custos e perdas do Instituto Politécnico de Viseu, constantes das demonstrações financeiras, ascendem a **31.439.981,86€**.

No Gráfico 6 espelha-se a distribuição dos mesmos custos e perdas, por código de conta, de forma a visualizar com clareza o peso relativo no conjunto das diferentes naturezas de gastos.

Gráfico 6: Gastos no exercício económico de 2021, por classe (em euros)



Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Os **custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas** ascenderam a **54.779,03€** e os **fornecimentos e serviços externos** ascenderam, em 2021, a **3.289.883,42€**.

Instituto Politécnico de Viseu

Tabela 14: Custo das vendas e matérias consumidas e dos fornecimentos e serviços externos, em 2020 e 2021, em euros

Descrição	2020	2021
6111-CMVMC -Restauração	40 174,85	42 957,46
6121 -CMVMC-Matérias primas	4 232,37	1 949,59
6122 CMVMC- Matérias subsidiárias	4 580,99	9 871,98
Subtotal	48 988,21	54 779,03
Fornecimentos e serviços externos	2 931 600,10	3 289 883,42
Serviços de saúde	11 296,62	8 100,09
Tecnologias de informação e comunicação	84,87	
Trabalhos especializados	241 882,09	599 745,77
Publicidade, comunicação e imagem	28 343,88	76 017,92
Vigilância e segurança	370 373,88	374 740,06
Honorários	63 195,58	92 952,69
Comissões	45 866,19	43 868,50
Conservação e reparação	334 545,73	241 905,88
Outros serviços especializados	7 051,50	8 956,67
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	31 142,01	55 586,74
Livros e documentação técnica	8 279,77	5 999,21
Material de escritório	22 620,14	12 412,90
Artigos para oferta e de publicidade	27 047,48	6 280,97
Material de educação, cultura e recreio	2 647,55	1 269,71
Artigos de higiene e limpeza	26 847,33	23 304,24
Medicamentos e artigos para a saúde	3 474,96	
Produtos químicos e de laboratórios	37 897,78	68 400,56
Outros materiais diversos de consumo	269 558,70	241 979,24
Eletricidade	264 069,54	222 843,48
Combustíveis e lubrificantes	63 097,79	79 933,52
Água	31 114,66	28 123,95
Gás		
Outros	42 465,96	32 460,16
Deslocações e estadas	33 049,56	30 281,06
Transporte de mercadorias	394,51	3 743,51
Transporte escolar	1 575,00	500,00
Rendas e alugueres	251 198,90	100 185,91
Comunicação	15 193,25	26 157,57
Seguros	30 958,86	44 317,81
Despesas de representação dos serviços	786,45	283,90
Limpeza, higiene e conforto	414 671,10	412 867,87
Outros serviços	250 868,46	446 663,53
Subtotal	2 931 600,10	3 289 883,42

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Os **gastos com pessoal**, em 2021, ascenderam a **24.550.254,47€**, conforme se pode verificar na

Tabela 15.

Tabela 15: Custos com o pessoal em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Designação	2020	2021
631	Remunerações dos Órgãos Diretivos	1 087 514,13	1 272 611,55
63111	Remunerações base	937 295,51	1 057 206,83
63112	Subsídio de férias	130 098,76	122 411,91
63113	Subsídio de Natal		71 826,12
63115	Subsídio de refeição	20 119,86	20 048,31
6312	Ajudas de custo		1 118,38
632	Remunerações do pessoal	17 868 512,54	18 488 891,50
6321111	Remunerações do pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	11 706 125,02	9 011 839,96
6321112	Remuneração do pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções público a termo resolutivo	1 984 726,32	3 771 582,74
632112	Remuneração do pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho em funções público a termo resolutivo		2 007 341,06
632116	Remunerações pessoal não docente em comissão de serviço	245.704,09	293 511,19
63212	Subsídio de férias	1 969 516,39	1 441 293,51
63213	Subsídio de Natal	1 307 010,84	1 243 018,72
63214	Despesas de representação	29 501,40	24 584,93
63215	Subsídio de refeição	540 285,07	546 389,84
63217	Suplementos e prémios	3 629,64	302,47
632202	Alimentação e alojamento		114,00
632203	Ajudas de custo	13 436,64	11 787,86
632204	Trabalho extraordinário	7 130,44	10 601,34
632206	Abono para falhas	4 509,32	4 464,64
632207	Subsídio de trabalho noturno	355,65	251,30
632209	Colaboração técnica especializada	56 581,72	107 654,14
632200	Outros abonos variáveis	56 581,72	2 837,53
633	Benefícios pós –emprego	2 477,58	2 477,58
6332	Outros benefícios	2 477,58	2 477,58
634	Indeminizações	56 783,90	83 009,71
6342	Pessoal	56 783,90	83,009,71
635	Encargos sobre as remunerações	4 179 120,61	4 668 075,54
63511	Caixa Geral de Aposentações (CGA)	2 934 097,56	3 208 826,73
63512	Segurança Social (SS)	1 245 023,05	1 459 248,81
636	Acidentes em serviço e doença profissionais	1 673,68	784,26
6361	Acidentes no trabalho	1 673,68	784,26
637	Gastos de ação social	8 347,68	4 273,14
6371	Serviços Sociais da Administração Pública	8 347,68	4 273,14
639	Outros encargos sociais	27 839,45	30 131,19
6391	Remunerações por doença	566,40	
6393	Pessoal a aguardar aposentação	10 055,31	15 045,56
6396	Subsídio familiar a crianças e jovens	14 791,46	9 773,49
6397	Outras prestações familiares	2 426,28	5 312,14
	Total	23 232 269,57	24 550 254,47

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

As **Transferências correntes concedidas e Prestações Sociais**, no valor de **482.181,39€**, foram relativas à descrição apresentada na Tabela 16.

Tabela 16: Transferências correntes concedidas e prestações sociais em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2020	2021
6011	Administração central		
6012	Instituições sem fins lucrativos		
6013	Instituições privadas	6 532,73	4 860,73
60151	Programas IEFPP	76 119,60	93 820,92
60152	Programa de mobilidade de Erasmus	87 085,06	85 283,25
60153	Bolsas de mérito		
63154	Bolsas de investigação científica	164 280,06	260 832,36
60155	Prémios empreendedorismo		5 500,00
60156	Prémios melhores alunos CGD	12 000,00	
60159	Bolseiros Verão com Ciência	164 280,06	
6016	Municípios		
6023	Associações de Estudantes	38 693,88	22 800,00
	Total	545 889,33	482 181,39

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Os **gastos/reversões de depreciação e amortização** foram no montante de **1.654.278,86€**, conforme é apresentado na Tabela 17.

Tabela 17: Gastos/reversões de depreciação e amortização, em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2020	2021
6422	Edifícios e outras construções	549 436,08	814 915,69
6423	Equipamento básico	525 117,61	584 106,10
6424	Equipamento de transporte		
6425	Equipamento administrativo	109 515,28	120 134,86
6426	Equipamentos biológicos	141,24	140,63
6427	Outros ativos tangíveis	8 354,37	10 062,40
643	Ativos intangíveis	9 884,45	124 919,18
	Total	1 202 449,03	1 654 278,86

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

As **Perdas por imparidades** ascenderam a **269.118,63€**.

Os **Outros gastos** foram no montante de **1.193.644,76€** referentes à descrição apresentada na Tabela 18.

Tabela 18: Outros gastos em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2020	2021
681	Impostos e taxas	40 185,05	128 050,73
684	Perdas em inventário	687,63	155,05
687	Gastos e perdas em inventários não financeiros	1,58	396 544,33
688	Outros	36 806,26	668 894,65
	Total	77 680,52	1 193 644,76

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

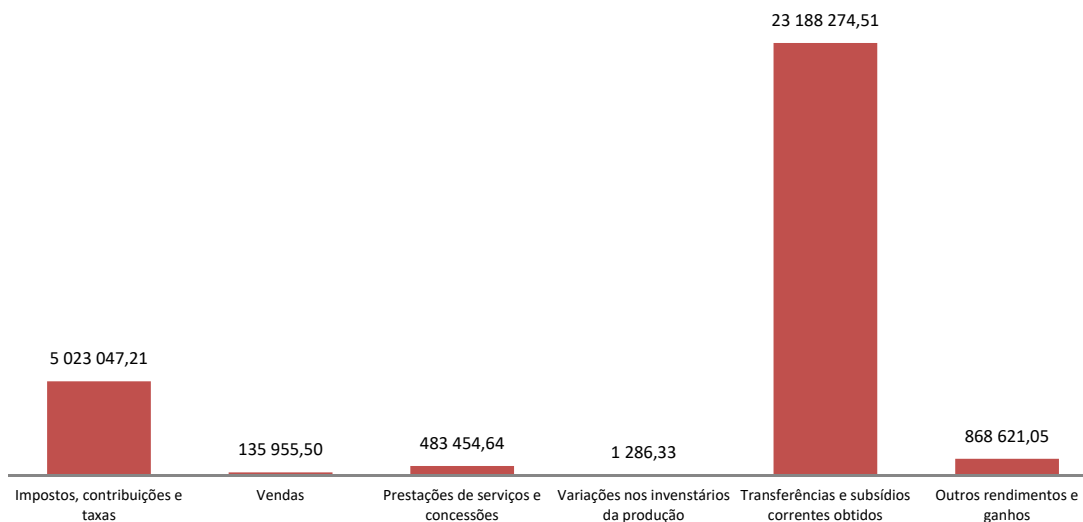
Os **juros e gastos** similares suportados ascenderam a **26,52€**.

6.2. Rendimentos (Classe 7)

Os rendimentos do Instituto Politécnico de Viseu, constantes das demonstrações financeiras, ascendem a **29.760.602,91€**.

No gráfico seguinte é espelhada a distribuição dos mesmos proveitos, por código de conta, de forma a visualizar com clareza o peso relativo no conjunto das diferentes naturezas de proveitos e ganhos.

Gráfico 7: Rendimentos em 2021, por classe (em euros)



Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Os impostos, contribuições e taxas ascenderam a **5.173.005,69€** e foram relativos à descrição que consta na Tabela 19.

Tabela 19: Impostos, contribuições e taxas em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2020	2021
704120	Emolumentos	132 525,96	142.444,16
7041221	Propinas 1.º ciclo	3 030 655,06	625 758,33
7041222	Propinas 2.º ciclo	728 063,28	623 237,33
7041223	Propinas internacional	247 718,03	367 496,49
7041224	Propinas outras	481 189,96	483 450,36
70412241	Propinas CETS	-27,68	44 416,50
70412242	Propinas CTESP	412 669,72	337 750,46
70412243	Outras propinas	68 547,92	101 283,40
704199	Outras	447 245,96	426 344,14
7041991	Taxas de matrícula/inscrição	180 196,35	149 320,00
70419911	Taxas matrícula 1.º ciclo	88 200,00	90 260,00
70419912	Taxas matrícula 2.º ciclo	39 640,00	27 050,00
70419913	Taxas matrícula internacional	120,00	40,00
20070419914	Outras taxas de matrícula/inscrição	52 236,35	31 970,00
7041992	Taxas de exame	82 866,25	79 625,00
70419921	Taxas exame 1.º ciclo	66 540,00	65 441,25
70419922	Taxas exame 2.º ciclo	2 980,00	3 642,50
70419923	Taxas de exame internacional	130,00	7,5
70419924	Outras taxas de exame	13 216,25	10 533,75
7041993	Taxas de melhoria de notas	4 181,25	4 020,00
70419931	Taxas melhoria de nota 1.º ciclo	3 476,25	3 360,00
70419932	Taxas melhoria de nota 2.º ciclo	427,50	457,50
70419933	Taxa de melhoria de nota-Internacional	15,00	
70419933	Outras taxas de melhoria de nota	262,50	202,50
7041994	Seguro escolar	26 744,24	26 779,12
7041995	Taxa de inscrição por unidade curricular isolada	61 345,00	49 025,30
7041999	Outras taxas	91 912,87	117 574,72
7044	Multas e outras penalidades	49 483,20	64 814,98
70441	Juros de mora	24 002,79	38 132,67
70449	Outras multas e penalidades	25 480,41	26 682,31
	Total	5 116 881,45	5 023 047,21

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

As **vendas** ascenderam a **135.955,50€** e foram relativas à descrição apresentada na Tabela 20.

Tabela 20: Vendas em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2020	2021
712011	Uva	1 434,38	6 780,71
712012	Maça		
712013	Animais	3 877,14	5 934,60
712015	Azeite	94,34	86,00
712016	Mel		
712017	Leite	2 992,28	3 445,15
712018	Outros produtos agrícolas		448,45
712021	Senhas de refeição	39 731,00	
712022	Produtos de bar	56 875,80	118 169,30
71299	Outras	111,35	3,00
	Total	105 116,29	135 955,50

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

As **prestações de serviços e concessões** ascenderam a **483 454,64€** e foram relacionadas com a descrição constante da Tabela 21.

Tabela 21: Prestações de serviços e concessões, em 2020 e 2021, em euros

Conta SNC-AP	Descrição	2020	2021
7202	Serviços específicos do setor educação	139 999,34	227 850,04
72021	Ações de formação	3 755,27	1 400,00
72022	Seminários e congressos	6 182,50	4 958,50
72023	Protocolos de colaboração	121 186,67	165 207,98
72024	Prestação de serviços diversos	8 874,90	56 283,56
7205	Serviços de alojamento e restauração	5 989,19	3 198,25
7207	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	32 490,00	43 650,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	163 851,59	194 824,99
7210	Serviços laboratoriais		8 643,48
720811	Serviço de bar	0,00	
728012	Serviços de refeitório	345,00	
728013	Serviços de alojamento	163 506,59	
7210	Serviços laboratoriais	9 249,64	
7211	Aluguer de equipamentos	985,32	1 027,88
7212	Arrendamento	1 515,00	4 260,00
	Total	354 080,08	483 454,64

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

As **variações no inventário** foram no montante de **1.286,33€**.

Instituto Politécnico de Viseu

As transferências e subsídios correntes obtidos ascenderam a **23 188 274,51€** e foram relacionadas com a descrição apresentada na Tabela 22.

Tabela 22: Transferências e subsídios correntes obtidos em 2020 e 2021, em euros

Descrição	2020	2021
MEC	19 623 301,00	20 450 496,00
FEDER-Competitividade e Internacionalização	289 937,66	291 756,03
FEDER-Centro2020	499 183,45	229 673,65
Feder-Norte2020		
FSE-POCH		1 580 219,96
FEOGA-Orientação/garantia	164 675,01	190 870,39
Fundo de coesão SEUR		82 980,72
Erasmus	333 674,49	110 273,03
Administração local		
Administração Central	76 909,12	8 907,28
Instituições sem fins lucrativos		
FCT		
Instituições privadas		
Total	20 987 680,73	23 188 274,51

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Os outros rendimentos ascenderam a **868.621,05€**, e foram relacionadas com a descrição que é apresentada na Tabela 23.

Tabela 23: Outros rendimentos, em 2019 e 2020, em euros

Descrição	2020	2021
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos	39 771,44	28 482,71
Outros rendimentos suplementares	12 525,46	6 799,23
Monetários/compensações	8 471,64	3 708,71
Publicações e impressos	57,23	7,80
Serviço de reprografia	645,75	269,93
Fotocópias	3 350,84	2 796,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros não monetários	0,02	0,03
Alienações		
Donativos-Instituições privadas	1 000,00	
Donativos- Bancos	100 400,00	107 400,00
Rendimentos de capital-Indemnizações		1 260,98
Correções relativas a períodos anteriores	15 094,22	4 305,41
Excesso de estimativa para impostos		0,03
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	481 094,33	720 367,73
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional		4,96
Total	649 885,47	868 621,05

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

7. Análise patrimonial

À data de 31 de dezembro, o **ativo** da Instituição, no montante de **33.461.092,49€** integra os elementos descritos na Tabela 24.

Tabela 24: Elementos do ativo em 2020 e 2021, em euros

Descrição	2020	2021
Ativo não corrente	26 235 231,12	26 123 766,51
Ativos fixos tangíveis	25 981 311,05	25 624 675,74
Ativos intangíveis	253 920,07	499 090,77
Ativo corrente	7 066 317,05	7 386 913,61
Inventários	32 725,57	29 969,28
Estado e outros entes públicos	38 260,79	
Clientes, contribuintes e utentes	165 385,30	84 020,67
Outras contas a receber	1 339 704,75	1 375 645,25
Diferimentos	159 059,54	217 577,52
Caixa e depósitos	5 331 181,10	5 679 700,89
Total	33 301 548,17	33 510 680,12

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

O **património líquido** da Instituição, no montante de **28.019.109,10€**, é relativo à descrição apresentada na Tabela 26.

Tabela 25: Património líquido em 2020 e 2021, em euros

Descrição	2020	2021
Património/Capital	38 819 902,12	38 819 902,12
Resultados transitados	-18 983 484,15	-19 903 120,52
Outras variações no património líquido	10 341 074,10	10 438 116,81
Resultado líquido do período	-919 636,37	-1 335 789,31
Total	29 257 855,70	28 019 109,10

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

O **Passivo** da Instituição, a 31 de dezembro, no valor de **5.491.571,02€** era relativo à descrição apresentada na Tabela 26.

Tabela 26: Elementos do passivo em 2019 e 2020, em euros

Descrição	2020	2021
Passivo não corrente	19 935,02	20 147,52
Provisões	19 935,02	19 935,02
Outras contas a pagar		212,50
Passivo corrente	4 023 544,95	5 471 423,50
Estado e outros entes públicos	147 004,29	26 875,89
Outras contas a pagar	3 298 149,72	4 013 734,99
Deferimentos	578 390,94	1 430 812,62
Outros passivos financeiros		
Total	4 043 692,47	5 491 571,02

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

8. Resultados

No ano de 2021 os resultados do Instituto Politécnico de Viseu foram os que se apresentam na Tabela 27.

Tabela 27: Resultados em 2020 e 2021, em euros

	2020	2021
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	282 957,81	318 516,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-919 491,22	-1 335 762,79
Resultado antes de impostos	-919 636,37	-1 335 789,31
Resultado líquido do Exercício	-919 636,37	-1 335 789,31

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Conclusões

A prestação de contas consolidada efetuada deu-nos uma visão do grupo numa ótica orçamental, patrimonial e económica.

O Instituto tem feito um esforço para gerir com eficácia, eficiência e economia todos os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição.

A prestação de contas é acompanhada do parecer do revisor oficial de contas (**PKF & Associados - SROC, Lda**).

Viseu, 27 de junho de 2021.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 de dezembro 2021

I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras

Nota1: Entidades incluídas na consolidação

As entidades incluídas na consolidação foram o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) e os Serviços de Ação Social Escolar do IPV (SAS), abrangidos na consolidação pela existência ou presunção de controlo. Este resulta designadamente da capacidade de estabelecer políticas financeiras e operacionais dos Serviços de Ação Social, uma vez que é ao Presidente do IPV que compete presidir ao Conselho Administrativo e nomear o Administrador, que são os órgãos executivos da Instituição.

Acresce referir que a consolidação se encontra também definida nos próprios Estatutos do IPV (publicados através do Despacho Normativo n.º 12-A/2009, em 27 de março).

Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu

Código de classificação orgânica:12.1038100

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos

NPC: 680 033 548

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu

Código da Classificação Orgânica: 12 1038200

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos

NPC: 600 044 742

Nota 3: Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício das entidades públicas incluídas na consolidação por categorias.

Os recursos humanos afetos no exercício ascenderam a 716 trabalhadores, respeitante a Pessoal Docente e Pessoal Não Docente, do IPV e SAS, distribuídos pelas seguintes categorias:

- 481 docentes a que correspondem 373,30 docentes ETI's (equivalentes a tempo inteiro);
- 216 trabalhadores não docentes;
- 11 dirigentes, dos quais 4 a desempenhar funções em órgãos de gestão no Instituto, concretamente: Presidente (1) e Vice-presidentes (3).

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 4: Casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

As aplicações das normas de consolidação permitem sem restrições, apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Nota 5: Qualquer afastamento da aplicação das normas de consolidação feito para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados.

Não houve necessidade de adotar ou aplicar qualquer afastamento à aplicação das normas de consolidação.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 6: Métodos de consolidação adotados

O método de consolidação utilizado foi o da simples agregação que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público e eliminação dos saldos, das transações, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades.

As anulações realizadas no exercício compreenderam apenas as transferências internas no montante **75.000,00€** referente a transferências e **62,30€** relativos a fornecimentos de serviços externos, sendo que não existiam a 31 de dezembro de 2021 quaisquer saldos entre as entidades.

Nota 9: Acontecimentos importantes ocorridos após a data das demonstrações financeiras individuais

Além da pandemia COVID-19, tal como detalhadamente divulgado na nota 17 deste anexo não se verificaram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de qualquer uma das entidades incluídas na consolidação entre a data do balanço destas entidades e a data do balanço consolidado.

IV – Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Entidades incluídas na consolidação

As entidades incluídas na consolidação foram o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) e os Serviços de Ação Social Escolar do IPV (SAS), abrangidos na consolidação pela existência ou presunção de controlo. Este resulta designadamente da capacidade de estabelecer políticas financeiras e operacionais dos

Instituto Politécnico de Viseu

Serviços de Ação Social, uma vez que é ao Presidente do IPV que compete presidir o Conselho Administrativo e nomear o Administrador, que são os órgãos executivos da Instituição.

Acresce referir que a consolidação se encontra também definida nos próprios Estatutos do IPV (publicados através do Despacho Normativo n.º 12-A/2009, em 27 de março).

Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu

Código de classificação orgânica: 12 1038100

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos

NPC: 680 033 548

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu

Sede: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico - Viseu

Código da Classificação Orgânica: 12 1038200

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos

NPC: 600 044 742

1.2. Período de relato

As presentes demonstrações financeiras respeitam ao período de 1/01/2021 a 31/12/2021 e respetivos comparativos, tendo na sua preparação sido adotadas as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”).

1.3. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021, em conformidade com o Decreto-lei 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designada por “SNC-AP” integrando a estrutura conceptual da informação financeira pública, normas de contabilidade pública e o Plano de Contas Multidimensional.

Apresenta-se no quadro seguinte a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2021.

Instituto Politécnico de Viseu

Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos, em 2020 e 2021

Conta	2020	2021
Caixa	83,01	335,85
Depósitos à ordem	5.244.003,37	5 599 987,45
Depósitos à ordem no Tesouro	5.096.873,09	5 466 391,04
Depósitos bancários à ordem	147.130,28	133 596,41
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções	87.094,72	79 377,59
Total de caixa e depósitos	5.331.181,10	5 679 700,79

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1-Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no normativo em vigor (SNC-AP).

Os acontecimentos ocorridos após a data de balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à sua data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período, sendo divulgados os eventos mais relevantes.

2.2-Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se aplica

3. Ativos intangíveis

A mensuração dos ativos intangíveis do IPV fez-se através do custo do ativo numa transação com contraprestação, isto é, através de compras.

Instituto Politécnico de Viseu

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis-variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Amortização	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortização	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Ativos intangíveis no domínio público património histórico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 3.2 – Quantia escriturada e movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. internas à Entidade	Revalorizações	Variações		Amortização do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
					Reversões perdas de imparidade	Perdas de imparidade				
Ativos intangíveis no domínio público património histórico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Não se aplica.

5. Ativos Fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra após dedução de descontos comerciais e abatimentos, e ainda quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de operar da maneira pretendida.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, de acordo com as taxas máximas permitidas e previstas na Portaria n.º 671/2000 (CIBE), de 17 de abril, até ao ano

de 2018, sendo que a partir do ano de 2018 são utilizadas as taxas do classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De sublinhar que em relação a três residências dos SAS, incluídas na rubrica Edifícios, considerando que as taxas do CC são significativamente superiores às do CIBE, procedeu-se ao recálculo retrospectivo das depreciações tendo sido ajustadas as demonstrações financeiras em conformidade (vide notas 2.2 e 18 – quadro 18.2).

Adicionalmente, em relação à rubrica de Edifícios e Outras Construções, informamos o seguinte:

- A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e a Escola Superior de Educação, que passaram a integrar o património do IPV pelo despacho n.º 9719/2015, de 12 de agosto, encontram-se valorizadas considerando apenas os gastos incorridos com obras de ampliação e grandes reparações efetuadas;

- Quanto à Escola Superior de Saúde, cujo despacho anteriormente mencionado permitiu a regularização do registo, encontra-se escriturada pelo valor constante da matriz predial aquando do inventário realizado em 2002, acrescida das obras de ampliação e remodelação ocorridas no edifício;

- Os edifícios e benfeitorias adstritas à Escola Superior Agrária encontravam-se implantados em propriedade alheia, ascendendo a sua quantia, à data de 31/12/2019, a cerca de 614.640,00 euros. Foi concluído o processo de permuta de terrenos, onde se encontram estes edifícios e benfeitorias, com o proprietário Confraria de Santo António.

A informação exigida nas divulgações quanto à quantia escriturada bruta, depreciações, imparidades e a quaisquer outros movimentos ocorridos no período em ativos fixos tangíveis constam no seguinte mapa.

Instituto Politécnico de Viseu

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)= (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público em curso								
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural					0,00			0,00
Ativos fixos em concessão em curso								
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	833 240,35			833 240,35	437 584,34			437 584,34
Edifícios e outras construções	10 870 351,25		19 832 547,74	31 101 405,82	11 691 119,54		19 410 286,28	
Equipamento básico	11 843 593,86	497 071,48	1 968 795,05	14 132 567,58	12 623 566,54	512 945,28	2 099 203,06	119 976,17
Equipamento de transporte	642 831,88			630 057,16	630 057,16			
Equipamento administrativo	5 233 233,83	4 954 079,35		279 154,48	5 386 945,91	5 074 214,21		312 731,70
Equipamentos biológicos	3 635,43	3 138,21		497,22	3 635,43	3 278,84		356,59
Outros	774 795,26	720 577,80		54 216,46	781 958,41	730 640,20		51 318,21
Ativos fixos tangíveis em curso	471 979,16	0,00		471 979,16	755 654,04			755 654,04
Subtotal	30 673 659,52	6 174 659,52	21 801 342,79	47 503 118,23	32 310 521,37	6 321 078,52	21 509 489,34	1 677 621,05
Total								

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e movimentos no período

Resumo	Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Escriturada Final
Bens de domínio público										
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	833 240,35	888,32							-396 544,33	437 584,34
Edifícios e outras construções	22 432 834,32	134 002,89		264 503,94			-814 915,69		-290 183,67	21 729 241,79
Equipamento básico	1 906 389,06	1 015 506,11					-584 106,10			2 337 789,07
Equipamento de transporte										
Equipamento administrativo	279 154,48	135 712,08					-120 134,86			312 731,70
Equipamentos biológicos	497,22						-140,63			356,59
Outros	54 216,46	7 164,15					-10 062,40			51 318,21
Ativos fixos tangíveis em curso	471 979,16	283 674,88								755 654,04
Subtotal	25 981 311,05	1 594 948,83		264 503,94			-1 529 359,68		-686 728,00	25 624 675,74
Total	25 981 311,05	1 594 948,43		264 503,94			- 1529 359,68		-686 728,00	25 624 675,74

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis – adições

Resumo	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação...	Adições				Total
						Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
Terrenos e recursos naturais Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural Ativos fixos em concessão Outros ativos fixos tangíveis				883,32						883,32
Ativos fixos em concessão em curso Ativos fixos em concessão										
Equipamento básico Outros ativos fixos tangíveis	910 380,69								105 125,42	1 015 506,11
Equipamento transporte Outros ativos fixos tangíveis										
Equipamento administrativo Outros ativos fixos tangíveis	153 712,08									153 712,08
Equipamento biológico Outros ativos fixos tangíveis										
Ativos fixos tangíveis em curso Outros ativos fixos tangíveis	283 674,88									
Edifícios e outras construções Bens de domínio público... Ativos fixos em concessão Outros ativos fixos tangíveis				134 002,89						134 002,89
Infraestruturas Bens de domínio público... Ativos fixos em concessão										
Património histórico artístico e cultural Bens de domínio público... Ativos fixos em concessão										
Outros Bens de domínio público... Outros ativos fixos tangíveis	7 164,15									7 164,15
Bens de domínio público em curso Bens de domínio público ...										
Total	1 354 931,80			134 886,21					105 125,42	1 594 943,43

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Instituto Politécnico de Viseu

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis – Diminuições

Rúbricas	Diminuições					Total	
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras		
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-396 544,33	-396 544,33	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-290 183,67	-290 183,67	
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	-686 728,00	-686 728,00	
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

6. Locações

Não se aplica

7. Custo dos empréstimos obtidos

Não se aplica.

8. Propriedades de investimento

Não se aplica.

31

9. Imparidade de ativos

Os instrumentos financeiros como é exemplo dos clientes, fornecedores, contas a receber e a pagar são mensurados ao custo menos a perda de imparidade.

Quadro 9.1 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo (1)	Natureza (2)	Quantia Bruta (3)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (3)	Modelo Utilizado	
					Justo valor (4)	Valor de uso (5)
Corrente	Clientes	36 805,13	36 805,13		36 805,13	
Corrente	Alunos	670 510,03	670 510,03		670 510,03	
Total		707 315,16	707 315,16		707 315,16	

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Quadro 9.2 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa-Perda de imparidade

Custo histórico (1)	Depreciação acumulada (2)	Quantia Escriturada (3)	Quantia recuperável (4)	Quantia por imparidade (5)=(3)-(4)
36 805,13		36 805,13		36 805,13
670 510,03		670 510,03		670 510,03
707 315,16		707 315,16		707 315,16

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

As perdas por imparidade acumuladas acima apresentadas foram constituídas tendo por base a expectativa de cobrança dos ativos em causa.

10. Inventários

Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos suportados pela entidade, gastos de transporte, manuseamento e outros. Os descontos e abatimentos são deduzidos na determinação dos custos de compra.

Os inventários existentes à data do balanço foram mensurados ao preço de compra, tendo sido utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

Relatório de Gestão Consolidado 2021 – IPV e SAS

Quadro 10.1 — Inventários

Rúbrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2) – (3)
Mercadorias	4 397,91		4 397,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 677,20		1 677,20
Produtos acabados e intermédios	25 272,59		25 272,59
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	31 347,70		31 347,70

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

32

Quadro 10.2 — Inventários-Movimentos no período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	Quantia escriturada final (9)= (1)+(2)+(3)+(4)+ (5)+(6)+(7)+ (8)
Mercadorias	7 169,34	40 341,08	-42 957,46				-155,05		4 397,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 563,84	10 556,51	-10 443,15						1 677,20
Produtos acabados e intermédios	23 992,39			1 280,20					25 272,59
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	32 725,57	50 897,59	-53 400,61	1 280,20			-155,05		31 347,70

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

11. Agricultura

Não se aplica.

12. Contratos de construção

Não se aplica.

13. Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestações são mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, que geralmente é determinado por acordo entre as partes contratantes numa base de independência.

Quadro 13.1 — Rendimentos com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido (2)
Prestação de serviços	483 454,64
Venda de bens	135 955,50
Juros	
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	
Outros	5 182 899,35
TOTAL	5 802 309,49

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

A prestação de serviços e a venda de bens resultam da atividade desenvolvida no IPV, nomeadamente na prestação de serviços diversos, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, protocolos de colaboração, realização de análises patológicas, serviços de enfermagem veterinária entre outros. Nos SAS, resultam da atividade desenvolvida de exploração das residências universitárias. A rubrica “outros” inclui essencialmente rendimentos relacionados com a atividade principal ensino superior, nomeadamente propinas, taxas, aluguer de espaços, etc.

14. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos de transações obtidos sem contraprestação referem-se às transferências atribuídas pelo Orçamento do Estado (OE) e destinado ao financiamento corrente das operações do IPV, bem como transferências relativas a projetos de investigação e outros.

33

Quadro 14.1 — Rendimentos sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção					
Taxas					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condição					
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros		23 188 274,51			
TOTAL		23 188 274,51			

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de uma entrada de recursos futuros.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um

contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associado gastos que não são possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

À data de 31/12/2020, o IPV tem constituída, em período anterior, uma provisão para processos judiciais em curso no valor de 19.935,02€ relativa a processo de 2014, réu no processo em contencioso (Ref.ª 48/14.8BEVIS) em que o IPV já foi condenado em 1.ª instância.

Adicionalmente, encontram-se em curso um conjunto de ações judiciais movidas contra o IPV, ou em que o IPV é parte, maioritariamente administrativos, com processos de 2009 em diante, cujo valor das ações em tribunal totaliza cerca de 90 mil euros. Consideramos remota a probabilidade de o Instituto vir a ser responsabilizado, considerando a matéria de facto e atendendo ao histórico dos processos entretanto concluídos.

34

Quadro 15.2 — Passivos contingentes

Natureza dos passivos contingentes	Quantia escriturada
Processos judiciais em curso	19 935,02
	19 935,02

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica

17. Acontecimentos após a data de relato

No mês de março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação global do novo coronavírus (Covid-19), tendo sido decretado em Portugal o estado de emergência, que, entretanto, foi convertido em estado de calamidade, com um conjunto de consequências designadamente restrições severas à mobilidade das populações e à atividade das empresas e outras instituições, à semelhança do ocorrido num elevado número de países. Esta situação prolongou-se ao longo do ano de 2021. A pandemia teve um impacto global negativo na economia em geral, nos mercados financeiros, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes agentes económicos. O surgimento da COVID-19 foi um acontecimento não ajustável em relação às DF's em 31/12/2020.

Nesta fase, face à elevada incerteza ainda existente, não é possível quantificar o efeito financeiro da pandemia na atividade do IPV-SAS. Apesar dos potenciais impactos da pandemia (COVID-19), entendemos que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

O IPV acompanhou em permanência a evolução da pandemia, tendo implementado um conjunto de medidas de contingência, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores, bem como assegurar as operações passíveis de manter.

Não ocorreram outros eventos materialmente relevantes que afetem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro do IPV e que, conseqüentemente, devam ser objeto de ajustamento ou divulgação.

18. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- 35
- a) dinheiro
 - b) um instrumento de capital próprio de outra entidade
 - c) um direito contratual: de receber dinheiro ou outro ativo financeiro; de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis;
 - d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar obrigada a receber um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade;
 - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- a) uma obrigação contratual: de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro; de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis;
- b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade;
 - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros, incluindo empréstimos concedidos, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos fluxos de caixa esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os valores em caixa e depósitos bancários são registados ao custo (vide nota 1.3).

36

Quadro 18.1 — Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros	
Cientes contribuintes e utentes	791 309,98
Perdas por imparidades acumuladas (vide nota 9)	-707 289,31
Outras contas a receber	1 375 645,25
Diferimentos	217 577,52
Caixa e Depósitos (vide nota 1.3)	5 679 700,89
Total	7 356 944,33
Estado e outros entes públicos	26 875,89
Outras contas a pagar	4 013 647,48
Diferimentos	1 430 812,62
Total	5 471 335,99

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

As outras contas a pagar respeitam essencialmente os montantes reconhecidos em rendimentos a receber no futuro relativos a subsídios de projetos em curso e acréscimo relacionados com os rendimentos de propinas de 2021 que serão recebidos em 2022.

As outras contas a pagar são resultantes de encargos com férias de 2021 a pagar em 2022, enquanto os outros passivos financeiros se referem a cauções recebidas dos alunos.

Quanto aos diferimentos ativos e passivos respeitam à aplicação do princípio do acréscimo e estão essencialmente relacionados com gastos com a acreditação de cursos e seguros a imputar em períodos futuros e subsídios recebidos de projetos em curso a reconhecer também como rendimentos de períodos futuros, respetivamente.

Apresenta-se no quadro 18.2 o Património Líquido e a sua variação de 2020 para 2021.

Quadro 18.2 — Património líquido

Património Líquido	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Património/Capital	38.819.902,12	38.819.902,12	38 819 902,12
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	-17.751.351,77	-18.983.484,15	-19 204 729,93
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	10.255.006,80	10.341.074,10	10 605 815,67
Resultado líquido do período	-1.232.132,38	-919.636,37	-871 217,86
Dividendos que não controlam			
Interesses que não controlam			
Total	30.091.424,77	29.257.855,70	29 349 770,00

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

37

As variações ocorridas no período foram a seguintes:

- Movimentos na rubrica de “Outras variações no Património Líquido” relacionados com recebimentos de subsídios para ativos fixos e reconhecimento em rendimentos das imputações de acordo com as depreciações.

19. Benefícios dos empregados

Todos os benefícios são reconhecidos no montante em que os serviços são prestados, como um gasto e passivo, pela quantia não descontada dos benefícios dos empregados que se espera pagar em troca deste serviço.

20. Divulgações de partes relacionadas

Não se aplica.

21. Relato por segmentos

Não se aplica.

22. Interesses em outras entidades

Não se aplica.

23. Outras informações

Apresentam-se a seguir um conjunto de informações adicionais que visam aumentar a compreensão da informação financeira.

23.1. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 23.1 — Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2019		2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Subcontratos e concessões de serviços	9.981,37	0,3%	11 381,49	0,4%	8 100,09	0,2%
Serviços especializados	1.0081.953,8	35,3%	1 091 258,85	37,2%	1 438 187,49	43,7%
Materiais de consumo	424.534,42	13,8%	429 566,72	14,7%	415 233,57	12,6%
Energia e fluidos	576.496,82	18,8%	400 747,95	13,7%	363 361,11	11,0%
Deslocações, estadas e transportes	127.549,63	4,2%	35 019,07	1,2%	34 541,89	1,0%
Serviços diversos	845.636,50	27,6%	963 677,02	32,9%	1 030 476,59	31,3%
	3.066.152,58	100%	2 931 651,10	100%	3 289 945,72	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

Ao nível dos subcontratos e concessões de serviços que representam 0,2% dos fornecimentos e serviços externos destacamos que 8 100,09€ foram **serviços de saúde**.

No âmbito dos serviços especializados que representam 43,7% dos fornecimentos e serviços externos, destacamos que **241.905,88€** foram para **conservação e reparação** (17%) **374.740,06€** foram para **vigilância e segurança** (26%) e **599.745,77€** foram **trabalhos especializados** (42%). Ao nível de **materiais de consumo**, destaca-se o gasto com **outros materiais de consumo** (para aulas, laboratórios, projetos, para eventos de consumo interno, bens para animais e para conservação e reparação e para refeições) que ascendeu a **241.979,24€** (59%). Ao nível de energia e fluidos destacamos a eletricidade cujo gasto ascendeu a **222.843,48€** (62%). Já nas deslocações, estadas e transportes o valor gasto com **deslocações e estadas** ascendeu a **30.281,06€** (88%). No que diz respeito aos serviços diversos os gastos mais representativos foram com **limpeza, higiene e conforto** (**412.867,87€**) que representou cerca de 40%, os **outros serviços** no montante de **446.663,53€** que representam 44%, e as **rendas** que ascenderam a **100.185,91€** (10%).

23.2. Gastos com o pessoal

O número de colaboradores ao serviço da entidade foi de 708, dos quais 481 docentes, 216 não docentes e 11 dirigentes. Os gastos com o pessoal totalizaram o montante de **24.550.254,47€**, em conformidade com o mapa seguinte.

As remunerações com pessoal docente, não docente e dirigente representam 75,3% dos gastos com pessoal. Os sistemas de proteção social (CGA e SS) têm um peso de 19,0% nos gastos com pessoal.

Quadro 23.2 — Gastos com pessoal

Gastos com pessoal	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	937 295,51	4,03%	1 272 611,55	5,18%
Remunerações pessoal docente por tempo indeterminado	8 971 626,76	38,62%	9 011 839,96	36,71%
Remunerações pessoal não docente por tempo indeterminado	2 734 498,26	11,77%	3 771 582,74	15,36%
Remunerações pessoal em regime de nomeação transitória e contrato de trabalho a termo resolutivo	1 984 726,32	8,54%	2 007 341,06	8,18%
Remunerações do pessoal não docente em comissão de serviço-dirigentes	245 704,09	1,06%	293 511,19	1,20%
Subsídio de férias	2 099 615,15	9,04%	1 441 293,51	5,87%
Subsídio de natal	1 307 010,84	5,63%	1 243 018,72	5,06%
Subsídio de refeição	560 404,93	2,41%	546 389,84	2,23%
Despesas de representação	29 501,40	0,13%	24 584,93	0,10%
Ajudas de custo	13 436,64	0,06%	21 917,61	0,09%
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	2 934 097,56	12,63%	3 208 826,73	13,07%
Segurança Social (SS)	1 245 023,05	5,36%	1 459 248,81	5,94%
Acidentes no trabalho	1 673,68	0,01%	784,26	
Suplementos e prémios a pessoal não docente	3 629,64	0,02%	416,47	
Trabalho extraordinário	7 130,44	0,03%	11 787,86	0,05%
Abono para falhas	4 509,32	0,02%	4 464,64	0,02%
Subsídio de trabalho noturno	355,65		251,30	
Colaboração técnica especializada	56 581,72	0,24%	107 654,14	0,44%
Outros abonos			2 837,53	0,01%
Outros benefícios pós emprego	2 477,58	0,01%	2 477,58	0,01%
Abonos devidos pela cessação de funções-indemnização	56 783,90	0,24%	83 009,71	0,34%
Remunerações por doença	566,40			
Serviços Sociais da Administração Pública	8 347,68	0,04%	4 273,14	0,02%
Pessoal a aguardar aposentação	10 055,31	0,04%	15 045,56	0,06%
Subsídio familiar a crianças e jovens	14 791,46	0,06%	9 773,49	0,04%
Outras prestações familiares	2 426,28	0,01%	5 312,14	0,02%
	23 232 269,57	100%	24 550 254,47	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

23.3. Transferências e subsídios concedidos

Ao nível das transferências verifica-se que 54,09% estão relacionadas com bolseiros de investigação científica no âmbito de projetos que o IPV tem aprovados e que 19,46% dizem respeito a bolsas de mobilidade no âmbito do programa Erasmus para estudos, estágios e formação.

Quadro 23.3 — Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Famílias	6 532,73	1,2%	4 860,73	1,01%
Instituições privadas				
Programas IEFPP	76 119,60	13,94%	93 820,92	19,46%
Programas de mobilidade Erasmus	87 085,06	15,95%	85 283,25	17,69%
Bolsas de mérito				
Bolsas de investigação científica	164 280,06	30,09%	260 832,36	54,09%
Prémios melhores alunos CGD	12 000,00	2,18		
Prémios empreendedorismo			5 500,00	1,14%
Outros prémios	1 200,00	0,22%		
Municípios				
Bolseiros Verão Com Ciência	159 978,00	29,31%		
Bolsas de estudo- Alunos			9 084,13	1,88%
Associação de Estudantes	38.693,88	7,09%	22 800,00	4,02%
	545 889,33	100%	482 181,39	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

40

23.4. Outros gastos e perdas

Neste âmbito, estão incluídas as taxas suportadas, ofertas e quebras de inventários registados no ano de 2021.

Quadro 23.4 — Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Impostos e taxas	40 185,05	51,73%	58 634,01	5,15%
Perdas em inventário	687,63	0,89%	155,05	0,01%
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1,58		396 544,33	34,85%
Outros	36 806,26	47,38%	682 486,15	59,98%
	77 680,52	100%	1 137 819,54	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

23.5. Imparidades de dívidas a receber

Quadro 23.5.1 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Perdas por imparidades	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Clientes, contribuintes e utentes	96 437,07	100%	269 118,63	100%
	96 437,07	100%	269 118,63	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

23.6. Variações nos inventários da produção

Verificou-se uma variação positiva de rácio nascimentos/mortes de animais.

Quadro 23.6.1 — Inventários

	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Variação nos inventários da produção	2 178,59	100%	1 286,33	100%

Fonte: dados IPV em 31/12/2021

23.7. Outros rendimentos e ganhos

Verificaram-se rendimentos provenientes de protocolos e parcerias no valor de 107.400,00€ e de imputação de subsídios e transferências para investimentos no valor de 720.367,73€.

Quadro 23.7.1 — Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	39.771,44	6,12%	28 482,71	3,28%
Outros rendimentos suplementares monetários	12.525,46	1,93%	6 799,23	0,78%
Outros rendimentos suplementares monetários/compensações			3 708,71	0,43%
Outros rendimentos suplementares monetários - Publicações e impressos	57,23	0,01%	7,80	
Outros rendimentos suplementares monetários - Serviço de reprografia	645,75	0,10%	269,93	0,03%
Outros rendimentos suplementares monetários - Fotocópias	3.350,84	0,52%	2 796,00	0,32%
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros- alin. ativos fixos tangíveis	597 588,55	91,9		
Alineações	1.000,00	0,15%		
Donativos-Instituições privadas				
Donativos- Bancos	100.400,00	15,45%	107 400,00	12,36%
Rendimentos de capital-Indemnizações			1 260,98	0,15%
Correções relativas a períodos anteriores	15.094,22	2,32%	4 305,41	0,50%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	481.094,33	74,03%	720 367,73	82,93%
Excesso de estimativa para impostos			0,03	
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional			4,96	
Reposições mão abatidas aos pagamentos				
Total	649.885,47	100%	868 621,05	100%

23.8. Gastos e perdas por juros e encargos

Neste âmbito estão incluídas as taxas e serviços bancários suportados no ano de 2021.

Quadro 23.8 — Gastos e perdas por juros e encargos

Outros gastos e perdas	2020		2021	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Outros gastos e perdas de financiamento	145,15	100%	26,52	100%

Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Geral e autorizadas para emissão em 24 de junho de 2022.

